

TEIAS MATRIMONIAIS E NEGOCIAIS: PORTUGUESES NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO ESTUDO DE CASOS

*Matrimonial and Business Webs: Portuguese in Rio de Janeiro.
The Case Study*

Lená MEDEIROS DE MENEZES¹

Fecha de recepción: 30 de julio de 2018

Fecha de aceptación y versión final: 30 de octubre de 2018

RESUMO: A imigração portuguesa na cidade do Rio de Janeiro – após a Independência do Brasil e ao longo do tempo em que o país caracterizou-se como um lugar de chegada de fluxos deslocados da Europa – foi sempre muito superior à das demais nacionalidades. Os estudos dedicados ao tema, entretanto, são relativamente recentes, em virtude da invisibilidade imposta pelas proximidades linguísticas e culturais entre os dois povos. Nesse contexto, o artigo busca ser uma contribuição a um processo de desvelamento que se intensificou a partir da virada do novo século. Seu objetivo principal é a análise das relações travadas entre matrimônios e negócios, em uma perspectiva de formação de teias que colaboraram para a manutenção de características portuguesas no pequeno comércio da cidade. Com esse objetivo, propõe o diálogo entre teoria e empirismo e utiliza, como fontes principais, depoimentos de imigrantes. Em termos metodológicos, utiliza a História Oral para propor exercícios de prosopografia, capazes de propor reflexões encaminhadas do individual aos processos coletivos.

PALAVRAS-CHAVE: imigração portuguesa, cidade do Rio de Janeiro, teias interpessoais, casamentos e negócios, pequeno comércio.

ABSTRACT: Portuguese immigration to the city of Rio de Janeiro – after the Independence of Brazil and throughout the time that the country was characterized as a destination for displaced people from Europe – was always on a much larger scale than that of other nationalities. However, studies devoted to the subject are relatively recent, because of the invisibility imposed by linguistic and cultural proximities between the two peoples. In this context, the article seeks to be a contribution to a process of unveiling that has intensified since the turn of the new century. Its main

¹ Lená Medeiros de Menezes, Professora Emérita. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lenamenezes@hotmail.com.



objective is to analyze the relationship between marriage and business, from a perspective of web formation that helped to maintain Portuguese characteristics in the small commerce of the city. With this aim, it proposes a dialogue between theory and empirical data and uses, as its main sources the testimonies of immigrants. In terms of methodology it uses Oral History to propose exercises in prosopography, which can forward reflections from the individual to the collective processes.

KEYWORDS: Portuguese immigration, city of Rio de Janeiro, interpersonal web, weddings and business, small business.

A imigração portuguesa na cidade do Rio de Janeiro tendeu, durante tempo considerável, a ser naturalizada e, em consequência, seu estudo esquecido e silenciado. Dispersos na malha urbana, e presentes por toda parte, os portugueses eram, numericamente, muito superiores aos demais estrangeiros, dominando o pequeno comércio. Essa posição majoritária, associada a uma língua comum e a muitas aproximações culturais, acabou por esmaecer sua visibilidade, dificultando, como resultado, sua eleição como objeto de pesquisa. Coube a historiadoras pioneiras lançar seu olhar sobre o tema, com destaque para Eulália Lobo (2001), Gladys Ribeiro (1999) e a própria autora deste artigo, que contemplou os portugueses expulsos do Brasil, entre 1890 e 1930 (1996).

Comparando-se os portugueses com imigrantes de outras nacionalidades, é possível utilizar as categorias de “estrangeiros conhecidos” e “estrangeiros desconhecidos”, propostas por Duroselle, em livro no qual propõe uma teoria das Relações Internacionais e destaca a necessidade dos historiadores se voltarem para a análise do conceito de estrangeiro (2000: 52)². Considerada sua proposta, podemos qualificar os portugueses emigrados para o Brasil como ‘estrangeiros conhecidos’, tendo em vista a língua e padrões e heranças culturais comuns. É importante lembrar, no entanto, que, nos contornos do conceito de imigração operado neste artigo – que pressupõe a transposição de fronteiras nacionais – eles só se tornaram imigrantes após a independência. Nessa nova condição, sua presença conheceu notável incremento a partir dos anos 1850 e, principalmente, após 1870/80, quando os fluxos que se deslocaram para o país e, majoritariamente, em direção ao Rio de Janeiro, passaram a ter como origem o nor-

² Nessa obra, o autor dedica um capítulo específico aos estrangeiros, alertando para o fato dos historiadores prestarem pouca atenção às implicações do ser estrangeiro, considerando que “a noção de ‘estrangeiro’ é a única que permite colocar no mesmo conceito de ‘relações internacionais’ as relações entre Estados, unidades políticas (...) e indivíduos ou grupos de tipos não relacionados com o Estado (p. 49).

te de Portugal, graças ao apito e à fumaça do trem que invadiam os caminhos do interior, reforçando, como resultado, as raízes portuguesas no além-mar.

Quer no Império quer na República, a presença portuguesa fez-se sempre superior a todas as outras nacionalidades, em todas as contagens da população que foram realizadas. Nesses quantitativos, a presença dos homens em relação às mulheres sempre foi, também, majoritária, ainda que o número de mulheres tendesse ao crescimento a partir da virada dos Novecentos³.

Com relação ao estado civil, os dados existentes indicam a significativa incidência de homens solteiros. Se, considerados os estoques demográficos, o número dos casados tendeu a se tornar superior ao dos solteiros – inclusive por conta dos casamentos realizados no Brasil, a imigração dos últimos, neles incluídas as crianças, sempre se mostrou superior, mesmo quando a emigração familiar já era realidade.

Mesmo considerados estrangeiros conhecidos, os portugueses – como quaisquer outros imigrantes – conheceram as angústias da partida, assim como as dificuldades inerentes à reconstrução de suas vidas em terras que não eram suas, por mais conhecidas que elas fossem. Na reinvenção do viver, o sonho de se tornarem donos de seu próprio negócio, bem como o desejo de seguirem os passos dos ‘brasileiros’ (portugueses de retorno), que lhes serviam de referência de sucesso, tornaram-se companheiros permanentes no traçado de suas trajetórias. Alguns conseguiram realizar sonhos e desejos – e vários exemplos aí estão para comprovar o fato, como Sotto Mayor, Manuel Lebrão e outros. Muitos, porém, não o conseguiram, dando visibilidade plena à complexidade do ser português em terras brasileiras.

Apesar de todas as intervenções urbanas destinadas a eliminar os ‘restos’ do passado colonial⁴, as marcas portuguesas foram continuamente reafirmadas com a imigração. Nessa cenografia, determinados nichos de mercado, como o pequeno comércio⁵, vieram a confirmar suas feições portuguesas. Foram, as-

³ O percentual de mulheres, que em 1890 era de 26,9%, foi elevado para 31,7% em 1920, para 36,8% em 1940; para 39,7% em 1950 e para 41,5% em 1960. Observe-se que, como os censos indicam, no tocante às mulheres, houve não apenas o crescimento nos quantitativos de entrada quanto a tendência a uma maior longevidade, demonstrada, objetivamente, pela supremacia das viúvas sobre os viúvos.

⁴ A principal reforma a que nos reportamos foi a proposta e executada por Pereira Passos (1902-1906), embora outras subsequentes também associassem modernização e repúdio a tradições do passado.

⁵ O processo ocorreu não apenas no comércio, mas, também, na indústria, tendo em vista que, à época da imigração massiva de virada inicial dos Novecentos, houve significativo surto fabril na cidade (o primeiro do Brasil), marcado pela transformação do capital comercial em industrial e com a participação, senão majoritária, pelo menos significativa de portugueses.

sim, preservadas raízes culturais que remetiam a Portugal. Nesse processo de preservação, matrimônios no interior do grupo colaboraram intensamente, com as mulheres tendendo a assumir a responsabilidade pela transmissão, à sua descendência, de valores, crenças, comportamentos e costumes existentes na terra natal.

Bem sabemos da importância assumida pelo associativismo na preservação das raízes culturais, embora poucas, ainda, sejam as obras existentes sobre o tema (Fonseca, 2008). Outras formas – não institucionais – de relações no interior do grupo, por outro lado, são pouco lembradas. Dentre elas, a tendência de portugueses se associarem para abertura do negócio próprio, incluindo a criação de sociedades em comandita, nas quais um sócio capitalista entrava com o capital e outro com o trabalho. Podem ser citadas, ainda, as redes de empregabilidade, que uniam proprietários de indústrias e estabelecimentos comerciais e trabalhadores da mesma nacionalidade, muitas vezes fornecendo incentivo para a re/alimentação dos fluxos migratórios, bem como a participação de trabalhadores portugueses nas uniões operárias criadas na Primeira República, muitas delas com grande participação de anarquistas.

Essas redes colaboravam para que a comunidade portuguesa fixada na cidade estreitasse suas relações,⁶ ensejando oportunidades para casamentos entre jovens que haviam emigrado de Portugal, ou entre portugueses de nascimento, filhos e netos de patrícios. Não era rara, ademais, a ocorrência de casamentos entre empregados e filhas de patrões: uma forma de manter os negócios em família, caso no qual as paixões eram, muitas vezes, bem vindas.

Sempre que a questão matrimonial entre portugueses/as torna-se objeto de reflexão, quase como regra, o foco recai nas ‘viúvas de vivo’⁷ que, chorosas, permaneciam em Portugal (Brettell, 1991) à espera do marido, ou na tendência ao crescimento da imigração familiar e à partida de mulheres ao encontro de maridos já fixados no Brasil (Menezes e Matos, 2017). Houve, porém, milhares de matrimônios, ocorridos no interior do próprio grupo, realizados em terras brasileiras. Estes, porém, tenderam a ser naturalizados e/ou esquecidos. Muitos deles entrelaçaram famílias e negócios e/ou sedimentaram relações familiares e de vizinhança, promovendo a continuidade de tradições e interesses. Em não poucos casos, algumas uniões possibilitaram a utilização dos saberes e/ou das experiências femininas, como base segura para a tão sonhada abertura do negócio próprio. Universo de investigação de grandes possibilidades, esses enfoques

⁶ Nem sempre pacíficas, tendo em vista que conflitos eram recorrentes.

⁷ A criação do termo pertence à poetisa galega Rosália de Castro, no poema *Follas Novas* (1880).

permanecem pouco explorados. Podemos mesmo dizer que se constituem em terreno virgem de pesquisa.

Considerando-se a imigração portuguesa para as cidades (o que se reproduz com relação a outras nacionalidades) e, principalmente, para a cidade do Rio de Janeiro, ela foi caracterizada, ao longo do tempo, pela presença de homens solteiros, que tenderam a casar na terra de acolhimento. Muitas vezes o faziam com brasileiras ou com mulheres estrangeiras de outras nacionalidades. A possibilidade que ganha grande visibilidade, quando os próprios imigrantes são convidados a narrar suas histórias, porém, é o matrimônio contraído com mulheres da mesma nacionalidade, que conheceram no Brasil.

O artigo aqui apresentado representa uma abordagem inicial sobre um tema inédito: o dos casamentos ocorridos no interior da colônia portuguesa fixada no Rio de Janeiro. Baseia-se, principalmente, em fontes orais e em documentos de arquivo. Com base em estudos de caso, propõe exercícios prosopográficos, que revelam as formas pelas quais os referidos casamentos ocorriam em uma cenografia de complexas tramas, que envolviam não só relações familiares quanto de negócios. Estas eram explicadas não só pela tendência de aproximação com indivíduos de mesma etnia, reforçando, em consequência, os traços identitários, como, também, pelo interesse em garantir a continuidade dos negócios em mãos portuguesas. O movimento prioriza a busca dos homens em relação às mulheres, mas estas exercem, também, seu papel, embora, neste caso, sua subserviência aos interesses dos pais deva ser considerada. Por outro lado, deve ser lembrado que cabia, às mulheres, a transmissão dos usos, costumes e valores à descendência, sendo elas os verdadeiros agentes da reinvenção da portugalidade em terra estrangeira. Em vários aspectos, essa cadeia reprodutivo-cultural era interrompida, quando um português casava-se com brasileira ou estrangeira de outra nacionalidade.

Sobre a opção por priorizar histórias de vida e trajetórias na narrativa, esta é explicada por dois motivos principais: o primeiro o desafio de penetrar em um tema marcado por zonas de sombras, pouco trabalhado pelos historiadores, devido às dificuldades que lhes são interpostas, além da raríssima bibliografia sobre o tema geral dos casamentos intraétnicos; o segundo, a proposição de uma metodologia possível para tratar o tema. Ou seja, a de um diálogo que se estabelece a partir de casos individuais e evoluiu para a análise de processos coletivos, razão pela qual, pessoas “de carne e osso” estão presentes ao longo do texto. Ademais, a ida aos arquivos, incluindo arquivos da Cúria, desdobra-se, regra geral, a partir da formação de uma amostra constituída a partir de depoimentos de imigrantes.

TRAJETÓRIAS FAMILIARES QUE ILUSTRAM PROCESSOS COLETIVOS

A formação do povo brasileiro deveu-se à intensa miscigenação e trocas culturais; processos nos quais os portugueses tiveram um dos papéis decisivos, devido à sua propalada capacidade de interagir com outras nacionalidades, em especial, com os brasileiros. Casamentos e uniões interétnicas, ao longo do tempo, consolidaram essa tendência, manifesta desde tempos pretéritos, quando colonizadores uniam-se às naturais da terra.

A ideia consagrada da grande tendência à miscigenação, manifestada no caso português, porém, é relativizada, quando analisamos o processo à luz das migrações dos séculos XIX e XX, tendo em vista que as uniões no interior da própria comunidade mostravam-se muito expressivas. Ainda que não tenhamos condições de avaliar se esse tipo de casamento endógeno foi quantitativamente maior, ele tinha um peso considerável, principalmente se for considerada a presença maciça de jovens solteiros – e casadouros – junto à tendência destes circularem em espaços ‘portugueses’. Não são poucas as famílias que, na terceira geração, têm avós e avôs igualmente portugueses.

Com grande incidência, a escolha tendia a ser dirigida para alguém da própria comunidade, envolvendo famílias amigas, conhecidos de trabalho, vizinhos ou antigos vizinhos em Portugal. Se, em alguns casos, o jovem, em idade de casar, deslocava-se para Portugal e acabava por trazer com ele a esposa, isso era impossibilitado na maioria dos casos, tendo em vista os custos da viagem. Dessa forma, era no Brasil que ele escolhia a companheira, dirigindo sua atenção, muitas vezes, para uma portuguesa com a qual nunca travara conhecimento em Portugal. Veja-se o caso Adão Ribeiro dos Santos, natural de Viseu, que chegou ao Brasil em 1952 e casou com uma portuguesa, em terras brasileiras (entrevista, 10/02/2010), ou de Maria Augusta Martins, natural de Aveiro, vila de Oliveira das Aziméis, que chegou solteira ao Brasil, contraindo matrimônio, em 1952, com um sapateiro também português (Entrevista, 22/04/2011). Como eles, outros imigrantes narram trajetórias que incluem matrimônios contraídos, no Brasil, com conterrâneos/as.

AÍDA E A OPÇÃO PELO BRASIL

Nascida em uma aldeia, no centro-oeste de Portugal, Aída emigrou para o Brasil a chamado do irmão mais velho. Em um primeiro momento, teve dúvidas se partiria para o Brasil ou para a Inglaterra, onde estava fixado um familiar.

Terminou optando pelo Brasil e enfrentou a viagem na companhia de outro de seus irmãos. Tinha, então, 20 anos e deixou, em Portugal, país, amigos e parentes, o que fez com que a saudade a acompanhasse em toda sua aventura migratória.

Logo que desembarcou, foi trabalhar em uma casa de família. Segundo disse: “Nunca [teve] medo de arregaçar as mangas e trabalhar”. Largou o emprego quando casou. O marido também era português e o matrimônio foi realizado quando ela já estava há sete anos no país. Com ele, teve dois filhos, aos quais ensinou as tradições de sua terra.

O marido, porém, ficou muito doente e ela teve que procurar alternativas de trabalho, pois “[ficou] preocupada em faltar o pão do dia para eles”. Recebeu, então, o convite de um amigo – português como eles -, que lhe propôs sociedade em um estabelecimento comercial.

Quando o marido melhorou, com ele passou a revezar atividades domésticas, como buscar os filhos na escola. Quando era ele quem os buscava, costumava levá-los para a loja e lá eles permaneciam, até o momento em que, reunida a família, voltavam para casa⁸.

Vivendo no Rio de Janeiro há mais de 40 anos, no momento da entrevista e com loja comercial no centro da cidade, a imigrante portuguesa afirma que “tudo valeu a pena” e que considera o Brasil a sua terra, razão pela qual não pensa em voltar para Portugal, mesmo que pudesse carregar tudo que havia conseguido (Carneiro Caires, 2012)⁹.

OS CARNEIRO: SÃO CRISTÓVÃO COMO LUGAR DE ENCONTRO

Luiz Maria Carneiro nasceu no Porto, em 18 de outubro de 1915 e, até emigrar para o Brasil, trabalhava na lavoura. Partiu sozinho de Portugal, aos 21 anos, em busca de uma vida melhor, com passagem comprada graças à poupança familiar. Ao contrário de muitos outros portugueses, não conhecia ninguém no Brasil e, segundo recorda a filha, sentia muita saudade dos familiares que deixara em Portugal. Por isso, “quando chegava o Natal, chorava muito”.

⁸ Observe-se que, para mulheres que assumiam responsabilidades fora do lar, como Aurora, coadunar as responsabilidades do trabalho com as de mãe era sempre um desafio. No caso das comerciantes, muito comum era a solução que ela acabou adotando: levar os filhos para o local de trabalho.

⁹ O nome completo está omitido, tendo em vista o desejo manifestado pela entrevistada.

Pela mesma época, Genoveva Caires Carneiro desembarcou no porto do Rio de Janeiro em companhia de uma tia, fixando-se próximo à Barreira do Vasco (São Cristóvão), onde já se encontravam familiares seus.

Tão logo chegou à então capital brasileira, Luiz Maria empregou-se em um açougue, no bairro de São Cristóvão, trocando, inicialmente, trabalho por moradia. Tornou-se, assim, tripeiro, encarregado da entrega de carnes a domicílio, o que fazia circulando pelo bairro onde morava, em um triciclo. Depois de algum tempo, passou a receber por seu trabalho e iniciou uma poupança forçada. Seu bom desempenho no trabalho levou o dono do açougue a lhe oferecer sociedade e, assim, ele passou a ter melhores condições de vida e a colocar o casamento como uma possibilidade.

Genoveva trabalhava, por essa época, em uma casa de família. Ele acabou por conhecê-la em suas andanças pelo bairro. Casaram-se passado algum tempo e Luiz, já casado, conseguiu comprar seu primeiro açougue, etapa primeira de um negócio que tendeu a crescer, garantindo uma situação confortável para sua descendência. Ao morrer, segundo a filha, deixou bens consideráveis para ele e os sete irmãos. Todas as moças tornaram-se “do lar”, não precisando, segundo o que disse, trabalhar fora como a mãe fora obrigada a fazer. Com relação aos filhos, apenas um deles seguiu o ofício paterno, garantindo a continuidade da presença da família nesse nicho de mercado (Carneiro Caires, 2012).

OS MATOS: A EXPERIÊNCIA FEMININA COMO BASE PARA O NEGÓCIO PRÓPRIO

Manuel e Judite Matos são proprietários de um confortável apartamento situado à praia do Flamengo, com vista para o mar. Hoje não mais trabalham, mas sua história de sucesso deveu-se, principalmente, a experiência de Judite. Manuel Tavares de Matos nasceu em Sandiãns-Roge de Valcambra, distrito de Aveiro, no dia 6 de julho de 1933, tendo mais de oitenta anos no momento em que narrou sua história. Sua esposa, Judite Freitas Pinto Matos, natural de Fornos de Algodras, distrito da Guarda, na Serra da Estrela, nasceu em 7 de março de 1932, tendo, assim, um ano a mais do que o marido, fato que ela não deixou de registrar em sua narrativa.

A primeira a emigrar para o Brasil foi Judite, que desembarcou no Rio de Janeiro, no dia 28 de dezembro de 1950, quando tinha 18 anos. Não conhecia Manuel, que chegou ao país três meses depois de seu desembarque, em 28 de março de 1951. Como tantos outros casais portugueses, eles se conheceram no

Brasil, tendo celebrado seu casamento na Igreja de Santo Antônio dos Pobres, situada à rua do Senado, bairro da Glória. Casaram no mesmo bairro onde se localizada a pensão na qual Judite trabalhava.

As atividades profissionais de Manuel foram múltiplas e essa experimentação continuada só teve fim, quando, junto com a esposa, conseguiu transformar em realidade o sonho do negócio próprio. A opção, dentre as muitas que se apresentavam aos portugueses, no Rio de Janeiro de meados do século XX, cujo pequeno comércio tinha feições portuguesas, foi a abertura de uma pensão de refeições, no bairro do Flamengo. Para essa escolha, foi decisiva a experiência de Judite no trabalho que desenvolvia na pensão em que trabalhava. a. Cerca de dezenove anos tinham transcorrido desde que cada um deles – separadamente – tinha desembarcado no porto do Rio de Janeiro. Manuel e Judite tinham, então, respectivamente, 38 e 39 anos.

O sucesso obtido por Manuel e Judite permitiu o desenho de uma trajetória sempre ascendente, que lhes garantiu o sucesso necessário para realizarem várias viagens a Portugal e viveram com significativo conforto, em um lar no qual reservam um ‘cantinho’ para visitar Portugal, brindando os que os visitam com imagens de sua terra, representada por uma bandeira portuguesa, um galo de Barcelos e um quadro retratando uma cena rural do interior de Portugal (Matos, Matos, 2012)¹⁰.

OS MELEIROS: A IMPORTÂNCIA DA SOLIDARIEDADE ALDEÃ

Albino Altivo Meleiro nasceu em Mogadouro-Meirinhos, no Minho, no ano de 1920. Partiu para o Brasil desiludido e triste, porque a esposa e o filho haviam morrido no parto. Desembarcou, no porto do Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1946, sendo acolhido na casa de um conterrâneo, Joaquim Rocca, que gozava de boa situação econômica e, segundo Ondina Meleiro, recebia a “portuguesada em casa”, até que arranjassem colocação. O conhecimento com o homem que o acolheu foi possibilitado por sua mãe, que havia trabalhado na casa deste, em Portugal, encarregada de fazer pães artesanais.

Abílio saiu da casa de seu protetor, quando encontrou trabalho, como uma espécie de mordomo na casa de um português, dono de fábrica de pescado. Se-

¹⁰ A entrevista concedida por Manuel e Judite Matos ocorreu graças aos esforços de filha de portugueses, nascida em terras brasileiras: Ondina Meleiro Ferreira (*in memoriam*), vizinha do casal, que se tornou, também, depoente, ao narrar a interessantíssima história de sua família, cujos pais, portugueses, também se conheceram e casaram no Brasil.

gundo a filha, que se dispôs a narrar a história dos pais, Abílio tinha saudades de Portugal: “saudades do clima, do jeito mais simples de viver, da comida, dos pães e das perdizes”. Por conta dessas saudades, ela tinha enorme vontade de saborear uma perdiz, o que pode fazer quando conheceu a terra dos pais. Abílio, entretanto, nunca mais voltou a Portugal.

Margarida, também nasceu no Minho, no ano de 1929. Partiu para o Brasil na companhia do pai, da mãe e de um irmão. O pai já tinha passagens pelo Brasil, tendo retornado a Portugal e voltado ao Brasil por duas vezes. Na terceira, segundo a depoente, a mãe de Margarida lhe disse: “Dessa vez, vou com você!”. Segundo consta na memória familiar, o marido costumava dizer que, “com o dinheiro que usou para trazer a família, daria para comprar terreno em Copacabana”.

Antes do casamento, Margarida, trabalhava para a senhoria da casa que fora alugada pela família. Ela a isso fora obrigada, como compensação pelo fato do pai ter ficado doente e não conseguir mais pagar o aluguel. Margarida tinha, então, 18 anos. Seu trabalho e o da irmã, como domésticas na casa da senhoria, evitou, assim, que a família fosse despejada. Travessuras, porém, levaram a irmã de Margarida a ficar livre dessa obrigação. O mesmo não aconteceu com ela, que trabalhou até casar, carregando, pela vida, as marcas da subserviência, como destaca a filha Ondina, ao lembrar que a mãe nunca perdeu o costume de entrar pela porta dos fundos, cada vez que ia visitar alguém de suas relações.

O casal de minhotos contraiu matrimônio no Brasil. Após o enlace, Margarida foi trabalhar no mesmo local em que trabalhava Abílio: a casa do dono da fábrica de pescado. Desavenças, porém, levaram Abílio a ser despedido. Retornaram, então, para a casa do amigo e benfeitor, no bairro do Flamengo: o mesmo que abrigara Abílio quando ele chegou ao Brasil. Foi lá que nasceram as duas filhas do casal, uma das quais, Ondina, se tornou sua afilhada de batismo. Lá permaneceram por cerca de dez anos. Voltaram a morar na residência de Rocco, quando este enviuvou. Sem filhos, apegara-se muito à afilhada, a quem cobria de atenção e mimos.

Por essa época, na busca por uma profissão que assegurasse a subsistência da família, Abílio tornou-se motorista de taxi,¹¹ circulando pelas ruas do Rio de Janeiro dirigindo um Chevette. Permaneceu, com a família, na casa de Rocco, até o aviso de que o imóvel seria desapropriado por conta da construção do me-

¹¹ Até os dias de hoje, há vários motoristas de táxi de nacionalidade portuguesa. Alguns dirigem seus próprios táxis; outros tornaram-se proprietários de frotas, empregando vários motoristas, que trabalham pagando diárias.

trô. No entanto, o prédio acabou não sendo derrubado e a família Meleiro pode voltar para o antigo apartamento, conseguindo, ademais, adquirir o imóvel por um preço baixo, com a possibilidade de pagar a dívida em prestações. Colaborou para tanto, o fato de Rocco, antigo protetor da família, ter fixado residência no Largo do Machado, passando a desenvolver, também, novas alternativas profissionais. Inicialmente no Banco Brasileiro de Descontos, posteriormente, voltando desenvolver atividades empresariais, com a montagem de uma metalúrgica no bairro do Jacarezinho.

Com relação à Ondina Meleiro, que se tornou professora universitária, ela afirma dever ao padrinho o incentivo para estudar, tendo sido este, inclusive, aquele que lhe tomava as lições diárias. Em vista disto, as palavras dirigidas por ela àquele que tanto fez por sua família, são sempre de reconhecimento e gratidão (Ferreira Meleiro, 2017).

MARIA AUGUSTA MARTINS: CASAMENTO, VIUVEZ E SUPERAÇÃO

Natural de Oliveira das Azimeis, distrito de Aveiro, Maria Augusta da Silva Martins nasceu no ano de 1932, tendo já ultrapassado os 80 anos. Segundo ela, em Portugal, morava em “um lugar pequeno, de ruas esburacadas e cheias de pedras, onde seu trabalho consistia em cortar capim e ordenhar ovelhas”, o que lhe custou ter estudado pouco. Isso acabou quando, com 18 anos, partiu em companhia da mãe, do padrasto e de dois irmãos, para o Brasil. Após uma “terrível” travessia, ela pisou em terra firme, novamente, na Praça XV, onde devorou, com sofreguidão, bananas compradas, pelo padrasto, de um vendedor ambulante. Foi este seu “batismo de terra”.

Sua vida, no Brasil foi de muito trabalho. Inicialmente empregou-se em uma casa de família, no bairro de Copacabana, depois, tornou-se operária de uma fábrica situada no bairro na Gamboa, na zona portuária e, finalmente, ajudante de lanchonete, no centro da cidade, pertencente a um português que veio a se tornar importantíssimo em sua vida, ajudando-a nos momentos de dificuldades.

Quando completou dois anos de Brasil (1952), casou-se com um sapateiro de mesma nacionalidade. Tinha, então, 20 anos. Costumava auxiliar o trabalho do marido no acabamento das peças, feitas à mão. Com a chegada dos filhos, o casal teve que procurar uma casa mais ampla, o que só foi possível em um subúrbio distante, onde os preços eram mais baixos e já estavam fixados alguns de sua terra. Isso dificultou a continuidade das atividades de sapateiro do marido, pois ele fornecia os artigos que fabricava para sapatarias do centro da cida-

de. Surgiu, então, a ideia de abrirem uma quitanda, destinada à venda de legumes e verduras. Foi a primeira das duas que vieram a ter.

A morte do marido, que se seguiu ao falecimento de dois de seus filhos, o mais velho pouco antes do pai, mudou sua vida. Viúva com 34 anos, sem recursos (os últimos foram dilapidados com a doença do filho) e tendo um filho para criar, teve que recomeçar. Recorreu, então, a empréstimos e abriu um armazém, que administrou por 12 anos. Estes foram tempos, segundo ela, de muito trabalho sem descanso e extenuante, além de aborrecimentos que finalmente, levaram-na a fechar o estabelecimento. Recomeçou de novo o caminho de busca de alternativas e de empréstimos. Finalmente, abriu o bar, que, em companhia do filho, administra nas últimas quatro décadas, continuando, inclusive, a se ocupar da cozinha e do balcão (Martins, 2011).

MATHEUS DE MENEZES E SUAS TEIAS MÚLTIPLAS: UM EXERCÍCIO GENEALÓGICO¹²

Relegados ao silêncio do passado, algumas trajetórias demonstram como negócios e casamentos formaram teias capazes de reproduzir a influência portuguesa na história da cidade. O principal protagonista de um desses processos chamava-se Matheus Lourenço de Menezes, cuja história emerge da conjugação entre a lembrança lacunar de suas netas e a pesquisa documental em jornais e arquivos. Nascido na Vila da Praia da Victoria na Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, em quatro de dezembro de 1870, Mateus era filho de Francisco de Menezes e de Josepha Paula de Menezes Mendonça.

Chegou ao Rio de Janeiro ainda criança, embora não seja possível precisar com que idade e em que data ele desembarcou no porto do Rio de Janeiro, nem, tampouco, com quem. Os jornais demonstram, porém, que seu tio e pai já haviam emigrado para o Brasil, conforme indica aviso datado de 1871, com o seguinte informe: “Constando que neste Império existe José de Sousa de Menezes, da Ilha Terceira, filho de Matheus Lourenço, da freguesia da Praia: aqui nesta corte existe seu irmão, Francisco de Menezes que lhe deseja falar, em sua morada, ladeira do Livramento, n. 6” (*Jornal do Commercio*, 16/08/1871). En-

¹² Este caso, em última instância, um ensaio da “escrita de si”, ganha relevância ao demonstrar como é possível romper silêncios sobre o passado, principalmente, quando as memórias familiares são esparsas, tendendo a ser perdidas na 3ª geração. Dito de outra forma, o que se encontra relatado é fruto de uma pesquisa nos jornais, feita pela autora do artigo, ao querer recuperar suas raízes. Para tanto, recebeu a ajuda fundamental de Ricardo Amorim, pesquisador do Centro de População, Economia e Sociedade.

tre 1871 e 1902, Francisco fixou residência na cidade, tendo sido nela enterrado, quando transcorria o ano de 1902 e o filho, Matheus, tinha 32 anos.

Os itinerários percorridos por Matheusinho, no Brasil, só ganharam visibilidade a partir de 1912. Data de novembro desse ano a publicação da autorização de seu casamento com Maria Augusta Ayram Martins (*A Imprensa*, 10/11/1912: 7), realizado em dezembro do mesmo ano. Essa notícia possibilitou a busca de sua certidão de casamento no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio e, a partir desta, a recuperação do nome de seu pai e mãe, bem como a localização do exato local de seu nascimento, informações que a família não possuía¹³, havendo a crença de que ele Mateus teria nascido em algum lugar do Minho, considerando que o restaurante Rio Minho pertencia a membros da família.

Data, também, de 1912, a inclusão de seu nome nas relações publicadas por almanaque publicado na cidade (*Almanak Laemmert*), com a indicação de sua atuação como comerciante do ramo das sapatarias, estabelecido às ruas da Prainha e do Mercado, ao que tudo indica, com a interveniência e ajuda financeira do cunhado: Matheus Furtado Rodrigues, que então era sócio de seu tio: José de Menezes. A presença de dois Matheus na família levou os familiares a chamar Matheus Lourenço de Matheusinho, apelido que aqui será utilizado com o mesmo objetivo da diferenciação.

As lembranças pessoais das netas mais velhas¹⁴ sobre Matheusinho datam de finais dos 1940, quando ele era um velhinho simpático, de cabelos brancos como algodão, que recebia as visitas em uma cadeira de balanço, adaptada para cadeira de rodas, por um de seus filhos. Morava, então, no bairro de Bonsucesso, em uma casa com amplo quintal, que mais parecia uma chácara, devido à grande quantidade de árvores frutíferas. Vivendo uma vida humilde, em nada lembrava o comerciante dos idos de 1912 a 1929. Aposentado como tipógrafo do *Jornal do Brasil* – profissão e emprego que abraçou após a falência de seu negócio comercial – faleceu em dezembro de 1950, prestes a completar oitenta anos de idade.

¹³ A certidão foi encontrada no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, dando conta de que o casamento foi realizado na Igreja da Candelária. A pesquisa contou com a colaboração de Vivian Sampa, orientando de Mestrado da autora e, atualmente, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁴ A memória familiar é extremamente fragmentada. Suas netas, inclusive, até o momento em que uma delas – a autora desse artigo – conseguiu encontrar sua certidão de casamento, nem sequer sabiam o local de seu nascimento. Restam poucas lembranças que, dos filhos, passaram aos/às netos/as. Como Matheus Lourenço casou com idade avançada – quase 40 anos –, seus netos o perderam muito cedo, tendo o mais velho sete anos apenas. Com relação às netas depoentes, as maiores contribuições foram dadas por Marlene de Menezes Barbosa.

Sobre a família original de Matheusinho, suas netas apenas sabiam da existência de uma de suas irmãs: Rosa, embora tivessem ouvido falar de certa 'tia Mariquinhas'. Esta, batizada como Maria Paula, era, porém, outra de suas irmãs, embora falecida muito antes das netas de Matheusinho nascerem. De acordo com avisos publicados em jornais de época, ela faleceu em 1934 e era esposa do outro Matheus, comerciante de sucesso na Praça do Rio de Janeiro.

Eram múltiplos os negócios de Matheus Rodrigues: sócio do *Hotel e Restaurante do Rio Minho* (um dos primeiros do Rio, fundado em 1884, localizado à rua Sete de Setembro, no ponto em que ela se acercava do mar); sócio comanditário da firma *Baptista, Fonseca & Cia* (com sede à rua Uruguaina); sócio do *Bazar São Lourenço* (localizado à rua Senador Pompeu); proprietário de botequins às ruas da Prainha (onde também era sócio de sapataria) e D. Manoel; proprietário de dez edifícios, que ele mandou construir no *Boulevard Vinte e Oito de Setembro*, em Vila Isabel 9 (Cf. Laemmert, 1912-1915).

A posição de destaque do cunhado de Matheusinhos, no ramo dos hotéis e restaurantes, levou-o a fazer parte da diretoria do Centro União dos Proprietários de Hotéis e Classes anexas, chegando a ser tesoureiro. Ele e a família Menezes tinham não só relações de amizade e parentesco, como, também, de negócios, visto um de seus sócios, em sapataria situada à Rua Da Prainha, 1, ser José de Menezes, tio da esposa. O nome da firma Matheus & Menezes aparece, ainda, com sede à Rua de Sant'Anna, 136, ao que tudo indica, o endereço em que o proprietário morava.

As várias missas mandadas rezadas pela alma de Maria Paula, noticiadas pelo *Jornal do Brasil* (23/10/1934: 37; 28/10/1934: 37; 21/11/1934: 25), *A Noite* (21/11/1934: 4), dão a dimensão não só da importância da família na comunidade portuguesa como, também, na Praça de Comércio do Rio de Janeiro; importância demonstrada, também, pela missa encomendada pela Irmandade do Príncipe dos Apóstolos S. Pedro (*O Jornal*, 15/01/1935: 12). Em todos os convites, o nome de Matheus Lourenço e de sua esposa Maria Augusta, aparecem citados, respectivamente como irmão e cunhada.

Matheus Lourenço não conseguiu seguir os passos de sucesso de seu prestigiado cunhado, apesar de se ter tornado proprietário das *Sapatarias Colosso*, com filiais às ruas da Prainha, 1 e rua do Acre, 120 (*Almanak Laemmert*, 1912-1915). Sua passagem pelo mundo dos negócios incluiu uma concordata preventiva em 1916 (*Correio da Manhã*, 14/06/1916: 6), mas, ao que tudo indica, conseguiu pagar os credores e dar continuidade aos negócios até o ano de 1929. No momento da concordata, já era casado, há quatro anos, com Maria Augusta

Ayram Martins – Ayram de Menezes após o matrimônio. Nascida em 1888 e batizada na Igreja de Sant’Anna, era filha de um empreendedor português de grande notoriedade, que se transferiu, em um determinado momento de sua vida, de Santos para o Rio de Janeiro.

A vida de Maria Augusta, desde quando ela era pequena, foi marcada pela tristeza, pois ficou órfão em 1890, com apenas dois anos de idade, passando a ser criada em um colégio interno de irmã, custeada por pai adotivo, que mantinha laços de amizade com sua família desde Santos. Com o casamento, deixou o colégio interno e, inicialmente, teve vida confortável. Com o fim da aventura comercial do marido, porém, passou a conhecer dificuldades. Pouco falava de sua vida e, por conta disso, suas origens e trajetória tinham poucas evidências, até a pesquisa documental possibilitar completar algumas lacunas, caso do nome do pai (José Joaquim Ayram Martins) e da mãe (Teresa Maria Pereira Ayram Martins) e do pai adotivo, ao que tudo indica, também português.

Sobre o pai que Maria Augusta teve por tão pouco tempo, os jornais demonstram que ele assumiu importantes negócios na cidade do Rio de Janeiro, onde obteve concessão, em 1865, para o calçamento de importantes ruas da zona norte da cidade: rua Uruguai, na Tijuca, e ruas Aurora, Santo Antônio e São Cristóvão, em São Cristóvão, bem como para o fornecimento de carros de limpeza urbana. Todo esse prestígio e distinção não o protegeram, porém, da miséria, pois parálitico e cego – e a cegueira paterna, sem indicação de nome e sobrenome, tem menções na memória familiar dos Ayram de Menezes – precisou recorrer aos amigos, conforme indicam avisos publicados na *Gazeta de Notícias* (25/12/1883: 5), que noticiam as dificuldades atravessadas por sua ‘numerosa família’. Sobre a mãe de Maria Augusta, entretanto, não foi possível encontrar nenhuma informação, estando ela, também, ausente das lembranças familiares.

Até a data de seu casamento, Maria Augusta viveu a realidade de um colégio interno, onde, de acordo com sua condição feminina, aprendeu a bordar, a confeccionar rendas de bilro e a tocar piano. As rendas que confeccionava e os bordados em crivo, em especial, tinham enorme perfeição. Sua vida inicial de casada, cercada de conforto, possibilitou-lhe contar com babás para cuidar dos filhos. Tudo mudou, entretanto, em 1916 e, mesmo com a continuidade dos negócios do marido, até 1929, sua vida nunca mais foi a mesma, e ela se tornou uma pessoa ainda mais triste, fechada e irritada, de quase nenhum sorriso no rosto, conforme lembram suas netas que, ademais, nunca a viram tocar piano, muito menos recordam a presença do instrumento em sua casa.

Morto o marido, em dezembro de 1950, após alguns anos de dedicação e cuidados, Maria Augusta nunca mais teve uma casa para chamar de sua, passando temporadas com cada um dos três filhos que chegaram à idade adulta. Ela faleceu dez anos depois de perder o marido, em 20 de julho de 1958, quando contava 70 anos de idade.

Não se deveu a Maria Augusta a transmissão dos valores culturais portugueses aos descendentes da família Ayram de Menezes. Interna em um colégio de irmãs, ela acabou por perder os vínculos com suas raízes, a ponto da família nem sequer imaginar que ela tivesse ascendência portuguesa. Coube a dois de seus filhos, porém, reafirmarem essa identidade, ao casar com filhas de portugueses, que se encarregaram de legar aos filhos suas tradições. Um deles em especial, Octacilio, nascido em 11 de março de 1917 contraiu matrimônio não só com a filha de um português de Trás-os-Montes, como, também, com neta (por parte da mãe), de origens lusitanas.

A família Medeiros de Menezes, surgida do casamento de Octacilio Ayram de Menezes (filho de Matheus Lourenço de Menezes e Maria Augusta Ayram Martins, – o único que, por erro do tabelião, teve o Ayram grafado com ‘n’) e Lindomar Júlia de Medeiros (filha de Francisco da Costa Medeiros e Clarinda Júlia da Silva Pinto), reuniu raízes múltiplas fincadas em Portugal. Pela via feminina (que passou por Clarinda Pinto de Medeiros e sua filha, Lindomar Medeiros de Menezes), usos, costumes e tradições foram perpetuados. Nessa transmissão, os sabores assumiram um papel especial, explicando, por exemplo, porque o bacalhau, faz-se, até hoje, presença obrigatória na mesa de Natal, como lembrança dos cheiros e gostos da infância na casa da avó, com vocação para se perpetuar até mesmo em uma 4^a geração.

A busca de suas origens, por parte da autora, facilitada pelo fato da família ter sido notícia em jornais e almanaques, permitiu que todo um horizonte de relações familiares e negociais irrompesse das nebulosas que tendem a ocultar o passado. Certamente, esse processo de desvelamento nem sempre se faz possível, mas há caminhos que valem a pena ser descritos, por darem luz a processos coletivos¹⁵.

¹⁵ As referências a Matheus e família foram reunidas com base nas lembranças de suas netas, em especial, Marlene Menezes Barbosa, enriquecidas e complementadas por pesquisa documental realizada, principalmente, na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, complementada por busca no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, onde a autora recebeu ajuda de Vivian Sampa, sua orientanda de Mestrado, no Programa de Pós-graduação em História, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, hoje doutora e professora concursada da referida universidade.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ponto do entrecruzamento de caminhos iniciados do outro lado do Atlântico, teias familiares na qual se movimentaram membros de várias famílias portuguesas, desenharam outros cenários da imigração na cidade, nos quais casamentos e negócios se interpenetraram no interior do grupo, afirmando e reafirmando feições portuguesas no cotidiano da cidade.

As histórias de vida e trajetórias contempladas no artigo remetem a algumas ‘pessoas comuns’, mas estas exemplificam processos de reprodução étnico-cultural, através de casamentos contraídos no interior do mesmo grupo étnico, com a mulher assumindo o lugar da transmissão cultural, e a permanência de negócios em determinados circuitos. Apesar da consagrada ideia – transformada em mito étnico – de que os portugueses tenderem à miscigenação e aculturação, muitos exemplos demonstram que os eles, como outros imigrantes, teceram, também, relações ‘fechadas’ no interior da comunidade.

A união de famílias portuguesas em tramas tecidas no Brasil – como resultado dos contatos no espaço do trabalho; da inclinação a partir na direção dos de mesma origem regional, forjando ou consolidando “cadeias migratórias”; e do convívio surgido nos locais de moradia (Menezes, 2017), – demonstram, assim, outra faceta da história da imigração na cidade, que desvela o reforço de identidades, a preservação de valores culturais e a criação de um sentido de pertencimento a um Portugal situado do outro lado do Atlântico, que, ademais, colaborou para conformar o Rio de Janeiro como uma cidade portuguesa, apesar das intervenções modernizantes que a cidade sofreu ao longo do século XX.

BIBLIOGRAFIA

- Abranches, M. (2007). *Pertenças fechadas em espaços abertos: estratégias de (re)construção identitária de mulheres muçulmanas em Portugal*. Lisboa: Alto-Comissariado para a imigração e diálogo intercultural.
- Brettell, C.B. (1991) *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Duroselle, J-B. (2000). *Todo Império perecerá. Teoria das Relações Internacionais* [Trad. Ane Lize Spaltenberg de S. Magalhães]. Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa Oficial do Estado.
- Fonseca da Marques, V.M. (2008). *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã.
- Gomes de Castro A.M. (2000). A pequena Itália de Niterói: uma cidade, muitas famílias. In: A. Castro, M. Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, 66-103. Rio de Janeiro: 7 Letras.

- Laemmert, E. (ed.). *Almanaque Administrativo, Commercial e Industrial da cidade do Rio de Janeiro, 1912-1915*. Rio de Janeiro.
- Lobo Lahmeyer, E. (2001). *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Menezes de Medeiros, L. (1996). *Os Indesejáveis: desclassificados da Modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Menezes de Medeiros, L., Matos, M.I. (2017). *Gênero e imigração. Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX)*. São Paulo: e-manuscrito.
- Menezes de Medeiros, L. (2017). Tijuca: registros da lusitanidade. Indústria, comércio e cadeias migratórias. In: L. Menezes de Medeiros, F. Sousa, *Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração*, 81-93. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Menezes de Medeiros, L., Cypriano, P.L. (2008). Imigração e Negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870). In: M.I. Matos, F. de Sousa, A. Hecker (Org.), *Deslocamentos & Trajetórias: os portugueses*, 105-118. São Paulo: EDUSC.
- Ribeiro, G.S. (1990). *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República*, São Paulo: Brasiliense.

Entrevistas

- Barbosa Menezes, M. (neta de Matheus Lourenço de Menezes) (2017). Continuadas conversas com a autora durante o ano de 2017.
- Carneiro Caires, M. (filha de Luiz Maria e Genovena Carneiro) (2012, novembro 03). Entrevista concedida à autora em 03 de novembro de 2012, com a colaboração de Marina Sanches Barbosa, bolsista voluntária de iniciação Científica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Ferreira Meleiro, O.M. (filha de Albino e Margarida Meleiro) (2017, agosto 24). Entrevista concedida à autora em 24 de agosto de 2017.
- Matos, M. e J. (2012, março 19). Entrevista concedida à autora em 19 de março de 2012, com a colaboração de Ondina Maria Meleiro Ferreira.
- Martins, M.A. (2011, abril 22). Entrevista concedida à autora em 22 de abril de 2011.
- Menezes Louchard, R. (filha de Antonio Costa) (2012, novembro 23). Entrevista concedida à autora, em 23 de novembro de 2012, com a colaboração de Marina Sanches Barbosa, bolsista de Iniciação Científica.
- Santos Ribeiro de, A. (2010, fevereiro 10). Entrevista concedida à autora em 10 de fevereiro de 2010, com a colaboração de Marina Sanches Barbosa, bolsista de Iniciação Científica.

Jornais

- Correio da Manhã*, 14/06/1916
- A Imprensa*, 10/11/1912;
- A Noite*, 21/11/1934;
- Gazeta de Notícias*, 03/05/1882, 25/12/1883;
- Jornal do Brasil*, 02/07/1914, 23/10/1934, 28/10/1934, 21/11/1934;
- Jornal do Commercio*, 16/8/1871.
- O Jornal*, 15/01/1935.